

# O bloqueio da Venezuela (1902-1903, 1908)

Cesar Augusto Araripe Lacerda <sup>a</sup>

**Resumo:** A história da Venezuela é pontuada por grandes crises e muitas guerras. No século XIX, a república foi proclamada, assumida e perdida por três vezes, só se consolidando na quarta tentativa, em 1<sup>o</sup> de janeiro de 1830, quando se separou da Gran Colômbia. No espaço temporal que começa nessa data e segue até o ano de 1903, a Venezuela sofreu 166 movimentos revolucionários, sendo 39 guerras civis e 127 quarteladas, motins e assemelhados. Estas convulsões fizeram surgir um grande número de pequenos e grandes caudilhos que se autodenominavam generais, embora não tivessem qualquer formação militar, e que, na maioria dos casos, eram tão analfabetos quanto os soldados que comandavam. Este texto focaliza o mais célebre caudilho, Cipriano Castro, cujo desastrado governo levou o país a entrar em conflito com potências europeias.

**Palavras chave:** Venezuela, Cipriano Castro, Doutrina Monroe, Doutrina Drago.

## APRESENTAÇÃO

Os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX não foram tranquilos para a Venezuela. O governo do presidente Ignacio Andrade, no poder desde o início de 1898, enfrentava sérias dificuldades econômicas

motivadas, principalmente, pela queda do preço do café, seu maior produto de exportação, e a dívida contraída com empresas alemãs na construção da Gran Ferrocarril de Venezuela, ou Ferrocarril Alemán. O empreendimento foi concedido pelo presidente Antonio Guzmán Blanco a

---

<sup>a</sup> Coronel de Artilharia. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Friedrich Alfred Krupp, em 1887. A estes problemas, ambos muito graves, se somavam os atritos políticos para aprovação das mudanças constitucionais que o país demandava e até mesmo uma epidemia de varíola que se espalhava pelo território.

No contexto internacional, as dificuldades não eram menores: divergências de fronteiras com colônias de países europeus se arrastavam ao longo de anos e a incapacidade venezuelana de honrar as dívidas externas só contribuíram para que as discórdias ultrapassassem as mesas de negociações e chegassem no campo militar: em 1902, 1903 e 1908 a Venezuela sofreu bloqueios navais e invasões de seu território litorâneo.

Nas tentativas de acordos, emissários diplomáticos, de um e de outro lado, frequentemente emitiam suas opiniões apoiados em duas doutrinas que, de forma nem sempre hábil, procuravam moldar aos interesses dos países que representavam: a Doutrina Monroe e a Doutrina Drago.

## **A DOCTRINA MONROE**

Em 1823, o Presidente James Monroe enviou ao Congresso dos Estados Unidos uma mensagem bastante representativa de sua visão sobre o pan-americanismo. Apoiado na ideia do predomínio sobre os demais estados, Monroe preconizava a negação aos europeus do direito de intervenção no Novo Continente, seja para criar áreas de colonização, seja para suprimir a liberdade já conquistada pela maioria das nações. A frase “A América para os americanos”, que alguns historiadores afirmam que nunca foi pronunciada por Monroe, passou a sintetizar o pensamento do presidente, porém permitindo diversas interpretações sobre o real significado das palavras “América” (todo o continente?) e “americanos” (somente os do norte?).

Entenda-se que esta doutrina foi fortalecida pelo chamado Destino Manifesto, uma expressão cunhada pelo jornalista John Louis O'Sullivan, em 1845, que



dizia “ [...] essa reivindicação nos é dada pelo direito do nosso Destino Manifesto, de nos expandir e possuir todo o continente que a Providência nos deu para o desenvolvimento da grande experiência da Liberdade”. Em resumo, tratava-se de uma crença do povo norte-americano de que seus colonizadores tinham deixado um legado de especiais virtudes, que deveriam se estender pelas terras vizinhas, ultrapassando fronteiras na divulgação dos valores característicos dos Estados Unidos. Isto significava a anexação de territórios para norte, sul e oeste, expandindo em muito as iniciais Treze Colônias.

Em 1815, após a derrota das tropas napoleônicas, algumas monarquias europeias se reuniram no Congresso de Viena para reorganizar as fronteiras dos estados absolutistas do continente. Em um documento que formalizava a chamada Santa Aliança, os reinos da Rússia, Prússia e Áustria firmaram um pacto de cooperação política e militar,

observando mútua ajuda em qualquer ocasião e em qualquer lugar que estivessem ameaçadas as decisões daquele Congresso. A Grã-Bretanha não foi signatária do documento que, em determinadas cláusulas, se mostrava a favor do restabelecimento das monarquias ibéricas no Novo Mundo. Isto certamente contrariava o interesse britânico em ampliar os negócios com as nações recentemente independentes. A França agiu em sentido contrário, e se aliou às demais monarquias alegando fidelidade. Em verdade, buscava voltar ao convívio pacífico e à tranquilidade diplomática após anos de turbulência causada pelas campanhas de Napoleão.

A Doutrina Monroe e a Santa Aliança ficaram em posições opostas, e o presidente norte-americano deixou claro os motivos que defendia:

Em primeiro lugar o interesse em manter um comércio livre com os países pertencentes à América como um todo, o que se torna evidente pela constata-



tação de que o governo norte-americano estava entre os primeiros a estabelecer relações diplomáticas com os novos estados.

Em segundo lugar, em atenção às razões ligadas à segurança política e territorial, uma vez que as diretrizes da Santa Aliança, marcadas por intervenções armadas, visava preservar as instituições monárquicas e combater os regimes republicanos. Um bom exemplo, neste mesmo ano de 1823, foi a intervenção francesa na Espanha, onde foram restaurados os poderes de Fernando VII, com grandes possibilidades de reflexos no Novo Continente.

Por último, devido ao sempre presente projeto expansionista que pretendia levar as fronteiras dos Estados Unidos para oeste até alcançar o Pacífico, para o norte até o Oregon, e para o sul e sudoeste através da pura e simples tomada de parte do território mexicano. Monroe, nesta época, estava também preocupado com o avanço da Rússia, cujo czar, em documento de setembro de 1821, afirmara direitos sobre terras e águas desde o Alasca até a Califórnia, e também com Canning, ministro inglês, que desejava

que Estados Unidos e Inglaterra formassem uma nota conjunta opondo-se à política de intervenção da Santa Aliança. A desconfiança dos Estados Unidos em relação aos antigos colonizadores não permitiu que a ideia prosperasse.

Além do que foi citado, é importante observar que a posição norte-americana variava de acordo com as circunstâncias. O intervencionismo europeu na América aconteceu em, pelo menos, duas vezes. A primeira, em 1861, quando Grã-Bretanha, Espanha e França firmaram a Convenção de Londres, união destinada a cobrar pela força as dívidas do México com aqueles países. Imediatamente invadiram a região de Vera Cruz, mas após a assinatura de um acordo com o governo de Benito Juárez, britânicos e espanhóis retornaram para a Europa. O Exército Francês, no entanto, contrariando a convenção e o acordo, ampliou a quantidade de tropas, invadiu a capital e implantou um regime monárquico, assegurando a as-



censão de Maximiliano de Habsburgo como Imperador do México, em 1864.

A segunda foi a tomada pela Grã-Bretanha do porto de Corinto, na Nicarágua, em 1885, não para cobrar uma dívida de governo para governo, mas sim para reparação de supostos prejuízos causados a súditos britânicos.

Considere-se, ainda, que nenhuma garantia era oferecida aos povos americanos sobre intervenções dos próprios norte-americanos. Isto fica evidente quando o Tratado Guadalupe-Hidalgo (1848) pôs fim à Guerra Mexicano-Americana, e oficializou a posse do Novo México, Califórnia, Utah, Nevada, Texas e Arizona, antes pertencentes ao México, nem quando o Tratado Clayton-Bulwer (1850), assinado com a Inglaterra, estabeleceu que a construção de um canal ligando o Atlântico ao Pacífico ficaria sob a responsabilidade dos dois países signatários. O tratado não assinalava qualquer preocupação

com os interesses do território onde seria realizada a obra.

Em ambos os casos, a Doutrina Monroe, presumivelmente, permaneceu adormecida na gaveta de algum burocrata norte americano.

### **VENEZUELA VERSUS GRÃ-BRETANHA: O ESSEQUIBO**

Uma das primeiras tentativas de aplicação da Doutrina Monroe surgiu ainda no século XIX, quando o governo venezuelano reclamou da constante invasão de garimpeiros provenientes da Guiana Inglesa. Em 1850, britânicos e venezuelanos assinaram um acordo para evitar mútuas incursões, de pouca utilidade porque entre os territórios havia uma região de posse indefinida que os venezuelanos chamavam de Essequibo, e os britânicos denominavam Guyana Essequiba. Os limites deviam obedecer ao traçado da chamada Linha Schomburgk, que, na verdade, era apenas uma ficção. O



explorador Robert Schomburgk, alemão a serviço da Royal Geographical Society, na década de 1840 havia estabelecido uma linha demarcatória teórica para definir limites entre a Venezuela, a Guiana Inglesa (hoje apenas Guiana) e a Guiana Holandesa (hoje Suriname). Apesar do fato de que todos os países envolvidos passaram a citar a Linha Schomburgk sempre que denunciavam invasões territoriais por colonos e garimpeiros estrangeiros, nunca houve a demarcação física dos territórios em discussão.

É importante saber que, além de sentimentos nacionalistas, existia a cobiça pelo ouro descoberto na região e a situação da foz do rio Orinoco, importante para a defesa de qualquer dos lados. Ajustes e desajustes se sucederam com pouco sucesso e, mais ao fim do século, os dois lados resolveram recorrer à arbitragem internacional.

O governo venezuelano entendeu como favorável a nomeação dos Estados Unidos como

juiz do litígio e melhor se sentiu quando o secretário de Estado Richard Olney, baseado nos termos da Doutrina Monroe, solicitou ao governo britânico do primeiro-ministro Lord Salisbury que apresentasse suas justificativas. Salisbury respondeu que a questão não tratava de ocupação e colonização por parte de uma nação europeia de algum território da América e, portanto, a Doutrina Monroe não poderia ser aplicada ao processo. O presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, designou então uma comissão de limites e, em 1899, em Paris, um tribunal arbitral determinou que a fronteira seguisse a Linha Schomburgk. Isso permitiu que a Guiana Inglesa ficasse com a maior parte do território contestado.

## **CIPRIANO CASTRO**

Enquanto a Venezuela não conseguia encontrar soluções para seus problemas, na vizinha Colômbia alguns exilados, em sua



maioria militares e políticos, conspiravam abertamente visando à deposição do frágil governo de Ignacio Andrade. Em maio de 1899, um grupo chefiado por José Cipriano Castro Ruiz, ex-seminarista, ex-presidiário, ex-fugitivo da justiça, mas também ex-governador de sua província natal, Táchira, entrou em território venezuelano, iniciando o movimento que, a partir daí, ficou conhecido como a “Invasão dos 60”. O título dizia respeito ao reduzido número de participantes, mas, posteriormente, o movimento foi rebatizado como Revolução Liberal Restauradora, nome mais ruidoso e laudatório.

Em pouco tempo, o pequeno grupo foi aumentando, e sucessivas vitórias em muitos combates contra as forças governamentais mostraram que não se tratava da repetição de breves agitações localizadas, tão comuns naqueles tempos, mas uma bem-sucedida marcha em direção ao poder. Em outubro de 1899, à frente de, aproximadamente, 10.000 seguidores, Cipriano Castro entrou em

Caracas e assumiu o governo. A Venezuela tinha, mais uma vez, um novo presidente, fruto de, novamente, uma rebelião, o que não era a solução para suas dificuldades.

Esta ascensão dos chamados Andinos, chefes políticos e militares provenientes da região dos Andes, marcou o fim do denominado Liberalismo Amarelo, em verdade uma oligarquia que governava a Venezuela desde 1870, deixando em sua passagem avanços facilmente reconhecíveis, mas também tempos coloridos por uma terrível corrupção.

A esperança de mudanças durou pouco, logo Cipriano Castro mostrou-se semelhante a tantos outros caudilhos que se espalharam pela América Hispânica. É importante saber que, ao contrário de grande parte daqueles caudilhos, Castro era um homem inteligente e culto, portanto muito mais perigoso ao assumir amplos poderes. Seus fieis companheiros acreditavam ter repetido durante meses a *Campanha Admirable* de Bolívar, um episó-



dio da guerra de independência da Venezuela, quando, comandada por Simon Bolívar, uma expedição militar percorreu o território entre San Cristóbal e Caracas, de maio a agosto de 1813, obtendo seguidas vitórias que libertaram a parte ocidental do país. Em verdade não existiam grandes semelhanças entre os dois fatos e, em pouco tempo, os seguidores de Castro reconheceram que haviam colocado no poder um homem violento, autoritário e vaidoso, um aventureiro que cedo se uniu às oligarquias que jurara combater e que delirava na pretensão de se ligar à Nicarágua e, depois, reconstruir a Gran Colômbia.

Sua pouca ou nenhuma habilidade fez com que, seguidamente, abordasse de forma rude problemas que exigiam conhecimento e sensibilidade. Como exemplos, para resolver a insustentável situação financeira, Castro solicitou um empréstimo aos bancos venezuelanos e, diante da previsível negativa, ameaçou romper as caixas fortes a marte-

ladas, prendeu os banqueiros e os obrigou a desfilar amarrados pelas ruas de Caracas rumo à prisão de La Rotunda. Tentando uma solução imediatista, mandou cunhar uma enorme quantidade de bolívares, o que, evidentemente, provocou um extraordinário pânico no sistema financeiro. Mais tarde, em 1904, o ditador entrou em conflito com manifestações estudantis e, para solucionar a crise, rapidamente, determinou o fechamento das universidades de Caracas, de Ciudad Bolívar, de Valencia e de Maracaibo, sob o argumento de deficiências no ensino e excesso de médicos e advogados. Apesar dos desmandos, turbulências e derrotas, seu governo durou nove anos, de 1899 a 1908.

## **A REVOLUÇÃO LIBERTADORA**

Entre os banqueiros que faziam cerrada oposição ao governo, o mais poderoso era Manuel Antonio Matos, oriundo do Liberalismo Amarelo, e que, entre



outros empreendimentos, estava à frente da Sociedad de Crédito de Caracas, da Compañía de Crédito de Caracas, do Primer Banco de Caracas, do Segundo Banco de Caracas, do Tercer Banco de Caracas e do Banco de Venezuela. Culto e poliglota em um país de maioria analfabeta e muito próximo dos capitalistas internacionais a quem representava, em 1902 Matos se uniu a um grupo de caudilhos regionais, inimigos políticos de Castro, e, subvencionado por empresas estrangeiras como a New York & Bermúdez Company, a Orinoco Steamship Company, a Compañía de Ferrocarril Alemán e a Compañía de Cable Francés Interoceánico, que se sentiam prejudicadas pelos limites impostos pelo governo, liderou um movimento armado a partir da ilha de Trinidad.

Este apoio e mais a conivência da Colômbia, permitiu a Matos comprar na Inglaterra, com cheques da New York & Bermúdez, o navio *Ban Righ* e uma grande quantidade de armas e munições. A insurreição, em

verdade uma guerra civil, logo se mostrou violenta, caracterizada por uma série de sangrentas batalhas. A história registrou a rebelião com o nome de Revolução Libertadora, um nome bonito para um movimento derrotado. Os documentos da época permitem saber que se perderam 12.000 vidas, forças governamentais e revolucionárias entraram em combate cerca de 200 vezes, mais de um milhão de cabeças de gado foram abatidas pelos contendores e os leves traços de democracia permaneceram absolutamente esquecidos.

Após o combate denominado de Batalla de La Victoria, que durou 22 dias em novembro de 1902, Cipriano Castro, que havia sobrevivido a um atentado em Caracas, apesar de tudo e de todos continuava ainda mais sólido no poder junto a seu grupo andino. Em verdade a instabilidade permaneceu presente durante alguns meses após o derradeiro grande combate e a guerra só acabou, verdadeiramente, em julho de 1903, misturando este



conflito interno com um conflito externo com potências europeias. A Venezuela estava, então, muito mais pobre.

## A DÍVIDA EXTERNA

Em meio à revolução, o governo resolveu, unilateralmente, suspender o pagamento dos serviços das dívidas externas e indenizações às empresas e cidadãos estrangeiros prejudicadas pela guerra civil. De acordo com os credores, o montante ultrapassava 161 bilhões de bolívares, mas o governo não reconhecia qualquer valor acima de 20 bilhões. Considere-se que o orçamento geral da Venezuela só atingia os 45 bilhões de bolívares. Castro imaginava que poderia afrontar o sistema financeiro internacional, especialmente os países europeus, baseado na proteção que lhe seria dada pelos Estados Unidos, considerando o recomendado na Doutrina Monroe. Tão certo estava deste amparo que não atendeu, em julho

de 1901, à sugestão da Alemanha de procurar uma arbitragem internacional na Corte Permanente de Haia, nem respondeu às dezessete notas do representante britânico, entre fevereiro e junho de 1902, que buscavam uma solução amistosa.

No final daquele mesmo ano, sem perspectivas de entendimentos pacíficos de acordo com os tratados internacionais, o Império Britânico e o Império Alemão, em uma demonstração de força, deslocaram parte de suas esquadras para o litoral venezuelano. Em 7 de dezembro, as duas nações enviaram, separadamente, um *ultimatum* exigindo o pagamento da dívida em 48 horas, deixando claro que, ultrapassado o prazo, iniciariam um bloqueio naval à Venezuela. Como Cipriano Castro rechaçou os documentos, os embaixadores das duas potências abandonaram o país, deixando seus interesses com o ministro norte americano Herbert Bowen. Antes, com a finalidade de driblar a Doutrina Monroe, os credores tinham conven-



cido o governo dos Estados Unidos que se tratava de uma manobra comercial e não uma intervenção militar, nada semelhante à *gunboat diplomacy*, a temida diplomacia das canhoneiras. Não era, certamente, um argumento claro e defensável, mas governantes acreditam naquilo que mais interessa às suas nações.

No caso em questão, o governo do presidente Theodore Roosevelt deixou evidente que, em ocorrendo somente um bloqueio naval, sem a tomada definitiva de uma região, não invocaria a Doutrina Monroe e, portanto, não iria interferir na questão sob qualquer hipótese: “Não damos garantia a nenhum Estado contra o castigo por mau comportamento, contanto que este castigo não tome a forma de aquisição de território por alguma potência não americana [...]”

## **O BLOQUEIO (1902–1903)**

Para entender o início das ações bélicas é necessário obser-

var a assimetria das forças confrontantes. A diminuta Marinha Venezuelana era composta por dez canhoneiras, a saber: *Bolívar, Miranda, Monagas, Federación, Augusto, Ossum, Tortumo, General Crespo, Margarita, Restaurador*, além do transporte *Zamora*, do rebocador *Zumbador* e alguns pequenos barcos sem valor bélico. Em verdade não eram vasos de guerra, mas apenas embarcações mercantes precariamente artilhadas.

O Exército não era diferente. Formado por cerca de 3.000 homens, em sua maioria mal armados e mal adestrados, caracterizava-se, segundo alguns historiadores, pela proporção de um general para cinco soldados. Como as dificuldades de obter trabalho no país eram grandes, o recrutamento tornava-se fácil, razão pela qual este efetivo foi aumentado várias vezes, mas sem qualquer alteração em termos de poder.

Por outro lado, a frota alemã era composta pelos navios *Falke, Panther, Vinetta, Charlotte, Ama-*



zon, *Stauthe* e *Niove*. Os ingleses participavam com as naus *Indefatigable*, *Retribution*, *Charybdis*, *Phantome*, *Quails*, *Tribune*, *Ariadne*, *Colombine* e *Alert*. Os italianos, também credores, contribuíram, posteriormente, com os navios *Carlo Alberto*, *Gazelle*, *Elba* e *Giovanni Baussau*. Em resumo, 19 embarcações de guerra com tripulações altamente adestradas, sob o comando geral do britânico Almirante Archibald Lucas Douglas. O centro de apoio logístico era o porto de Willemstad, na ilha holandesa de Curaçao.

Fig. 1 – Gravura de Willy Stower representando o bloqueio em 1902: à esquerda o SMS *Panther*, ao centro o SMS *Falke*, e em primeiro plano o SMS *Vineta*.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

Os alemães tinham a seu cargo o litoral oeste desde La Guaira até Maracaibo, e daí até a fronteira com a Colômbia. Aos ingleses cabia o espaço leste entre La Guaira e a foz do rio Orinoco. Os italianos permaneceram, inicialmente, como reserva. É importante saber que também navios de outros países credores, como França, Holanda, Bélgica, Espanha e México, ficaram ao largo prontos para intervir, caso necessário. Os Estados Unidos, por sua vez, mantiveram uma frota no Caribe sob o comando do Almirante George Dewey, herói da Guerra Hispano Americana, em condições de, cumprindo a Doutrina Monroe, impedir qualquer ocupação permanente do território venezuelano.

Cipriano Castro, temeroso do que, previsivelmente, iria acontecer, solicitou apoio ao já citado representante norteamericano em Caracas, Herbert Bowen, e também aos diplomatas das nações latino americanas. Em 9 de dezembro, portanto dois



dias após o *ultimatum*, conforme prometido os europeus iniciaram as hostilidades, com um ataque ao porto de La Guaira, empregando 15 navios britânicos e alemães, cujos fuzileiros ocuparam o cais, e apresaram as embarcações venezuelanas *General Crespo*, *23 de Mayo*, *Restaurador*, *Tortumo*, *Zamora*, *Zumbador* e *Bolívar*, esta última na ilha de Trinidad. Em seguida, invadiram a cidade com violência para conduzir os remanescentes representantes diplomáticos e súditos dos dois países para seus navios, com receio de represálias.

As pequenas e frágeis Forças Armadas Venezuelanas não tinham mais como reagir e ao presidente Cipriano Castro pouco restou senão fazer uma proclamação, aqui transcrita em seu idioma original:

Venezolanos :

La planta insolente del extranjero ha profanado el sagrado suelo de la Patria!

Un hecho insólito en la historia de las naciones cultas, sin precedentes, sin posible justi-

ficación, hecho bárbaro, porque atenta contra los más rudimentarios principios del Derecho de Gentes; hecho in-noble, porque es fruto del contubernio inmoral y cobarde de la fuerza y la alevosía, es el hecho que acaban de realizar en la rada de La Guaira hace pocos momentos las escuadras alemana e inglesa sorprendieron y tomaron en acción simultánea y común, tres vapores indefensos de nuestra armada que habían entrado en dique para recibir reparaciones mayores.

Venezolanos:

El duelo es desigual porque el atentado ha sido consumado por las dos naciones más poderosas de Europa contra éste nuestro país que apenas convalece de largos y dolorosos quebrantos y porque ha sido realizado de aleve manera, pues Venezuela no podía esperar tan insólita agresión desde luego que no habían precedido las fórmulas de estilo en semejantes casos. [...]

Três dias depois, em 12 de dezembro, o navio inglês HMS *Charibdys* e o germânico SMS *Vinetta* bombardearam os fortes



Libertador e Vigia e empreenderam a pilhagem de Puerto Cabello, enquanto em Maracaibo o *Panther* disparava sobre o castelo de San Carlos. No dia 16, três navios italianos, *Elba*, *Giovanni Bausan* e *Carlo Alberto*, se uniram à frota e ficaram encarregados do bloqueio do porto de Vela de Coro.

No dia 22, o Almirante Archibald Douglas publicou em um diário venezuelano a declaração informando que seriam bloqueados os portos de La Guaira, Carenero, Guanta, Guaira, Cumaná, Carúpano e a foz do rio Orinoco, enquanto os germânicos faziam saber que, segundo determinação de Sua Majestade o kaiser Guilherme II, seriam interditados os portos de Puerto Cabello e Maracaibo. Isto significava que, somente duas semanas após o início das hostilidades, com um significativo saldo de mortos, feridos, destruições e muitas ações de pilhagem, o bloqueio da Venezuela foi oficializado. O mundo então passou a entender

que havia uma situação de guerra na América do Sul.

Na sequência das atividades bélicas, as canhoneiras *Tortumo* e *General Crespo* foram rebocadas para mar aberto e afundadas. A *Ossum* e a *Margarita*, abordadas pelo cruzador inglês HMS *Retribution*, tiveram suas máquinas destruídas e o SMS *Gazelle* apreendeu a *Restaurador*, arresitou sua tripulação e transferiu o navio para a Marinha Alemã. Todas estas embarcações já estavam sob o domínio dos europeus desde 9 de dezembro.

Fig. 2 – Cruzador alemão SMS *Vineta*.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

No mês de janeiro de 1903, a canhoneira SMS *Panther* e o cruzador SMS *Falke* tentaram passar pela barra do Lago de Maracaibo,



mas a *Panther* ficou encalhada em frente ao castelo de San Carlos da Barra, o que ocasionou um duelo de artilharia durante oito horas, restando feridos dos dois lados. Diante do absurdo da situação, o povo norte americano começou a pressionar seu governo no sentido de tomar providências para um imediato cessar fogo. Roosevelt transferiu esta pressão para a Alemanha e a Grã-Bretanha, deixando claro que não se tratava de busca de uma explicação, mas, verdadeiramente, de uma exigência.

Como costuma acontecer, a população venezuelana unida contra o invasor foi às ruas para queimar bandeiras britânicas e alemãs e conduzir, sob violência, cidadãos destes países para o presídio de La Rotunda. Cipriano Castro continuou a ser intransigente com os inimigos e aproveitou a situação para aumentar sua popularidade, mandando libertar da prisão o General José Manoel Fernandes, conhecido como *El Mocho*, seu mais radical inimigo político. Teatralmente, o abraçou

no balcão da residência oficial, a Casa Amarilla, perante uma multidão entusiasmada de seguidores e oficializou improvável união para combater os invasores europeus. De certa forma deu certo, o povo enfurecido passou a considerá-lo um herói nacional

Apoiado, então, pela população, o ditador, sabendo ou presumindo saber do interesse britânico e alemão de manter forças permanentes no território venezuelano, invocou novamente a Doutrina Monroe e pediu auxílio ao presidente norte-americano, a quem há muito admirava pela adoção da radical *Big Stick Policy*, a Política do Grande Porrete. Certamente desconhecia que Roosevelt só se referia a ele como o “imprevisível macaquinho”. Pressionado pela opinião pública, o presidente exigiu um acordo dos embaixadores da Alemanha e da Inglaterra, enquanto Castro, novamente, apelava a Herbert Bowen, nomeando-o como ministro plenipotenciário da República da Venezuela.



É difícil entender que Bowen, um diplomata norte americano, fosse assumir uma posição contrária ao país que representava e a seus tradicionais e poderosos aliados. Em sua correspondência com o Departamento de Estado, faz referências a Castro dizendo “passa todo tempo no campo, bebendo brandy em companhia de mulheres más [...]”. A guerra de documentos foi intensificada, porém a nomeação de Bowen não foi aceita pelos aliados. Mais ainda, a Alemanha e a Grã-Bretanha declararam que só concordariam com a arbitragem se não houvesse presença venezuelana durante os entendimentos. Obviamente, uma exigência fora de propósito e sem respaldo nas normas do Direito, que dava às duas potências a prerrogativa de desconhecer o frágil oponente e, unilateralmente, tratar de seus próprios interesses com o governo norte americano.

É importante observar que ingleses e alemães eram rivais no campo diplomático, no campo

militar e no campo comercial, sendo que, neste último, era incontestável a predominância dos germânicos em terras da Venezuela, com cerca de 2.100 residentes e 77 empresas. A Alemanha, recentemente unificada, já tinha o maior exército da Europa e sonhava em substituir a Inglaterra como rainha dos mares. Assim, estes principais credores e tradicionais opositores, na ânsia de obter, cada um, maiores vantagens nos possíveis acordos, entraram algumas vezes em rota de colisão.

O governo norte-americano entendeu, então, que seria melhor levar a questão ao Tribunal Internacional de Haia, o que não foi aceito pelos aliados, que queriam Roosevelt como árbitro. O presidente, por sua vez, oscilava em torno da posição a ser tomada, ora pressionado pelo Congresso, a favor, ora ouvindo a opinião pública, contrária à arbitragem. Mais uma vez a fragilidade da Venezuela ficou exposta quando John Ray, secretário de Estado, exigiu compromisso de



Castro de não criar dificuldades durante os entendimentos e aceitar incondicionalmente a decisão final. Aos credores nada foi exigido.

Afinal, com Bowen admitido como representante do país devedor, as discussões começaram em Washington. De um lado a Venezuela, e de outro os países credores: Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Estados Unidos, Bélgica, França, Países Baixos, Espanha, Suécia e Noruega. Quinze protocolos foram assinados em 17 de fevereiro de 1903, sendo curioso o documento firmado com os Estados Unidos, já que ambas as partes eram representadas por membros do governo norte americano ligados à Secretaria de Estado, Herbert Bowen de um lado e John Ray do outro. A decisão, como esperado, obrigou a Venezuela a destinar 30% dos direitos alfandegários dos seus principais portos (La Guaira e Puerto Cabello) para o pagamento das dívidas. Inglaterra e Alemanha, porém, não concordaram considerando que as

ações bélicas empreendidas lhes davam uma posição preferencial. Assim, propunham 20% para as duas potências e 10% para os demais. Roosevelt foi chamado para arbitrar, mas, novamente, não aceitou. Em fevereiro de 1904, a Corte Permanente de Arbitragem, em Haia, reconheceu os privilégios dos invasores, o que, de forma singular, consagrou o direito ao uso de força em questões comerciais.

## **A DOCTRINA DRAGO**

A população da América Latina não ficou indiferente à violência desencadeada por Grã-Bretanha e Alemanha, que, é importante lembrar, surgiu antes mesmo que houvesse uma declaração formal de guerra. No entanto, somente um governo, o da República Argentina, apresentou veemente protesto através de seu ministro das Relações Exteriores, Luiz Maria Drago. Uma semana depois da declaração, em 29 de dezembro, a Argentina



enviou um documento ao Departamento de Estado, indicando a posição de Buenos Aires sobre a ilegalidade da cobrança de uma dívida por meios violentos exercidos por grandes potências sobre estados pequenos. Em sua nota não contrariava a Doutrina Monroe, mas afirmava o repúdio às ações coercitivas com a finalidade de cobrança de débitos. Considerava, então, absurdo o uso da guerra como instrumento legítimo, mas entendia a obrigação da nação devedora de reconhecer suas dívidas e procurar a liquidação por meios ajustados entre as partes. Em resumo, o documento deixava claro que “a dívida pública não pode dar local à intervenção armada, nem menos à ocupação material do chão das nações americanas por uma potência europeia”.

Roosevelt percebia o problema de forma inversa, argumentando que a negativa de liquidação das dívidas pelas nações da América Latina poderia fragilizar a segurança de todo o continente, que ficaria sujeito a

incursões militares por potências europeias em defesa dos direitos de seus súditos. Desta forma, advogava que intervenções preventivas norte-americanas para obrigar o pagamento dos débitos evitariam a possibilidade de ações bélicas dos europeus. Assim, implicitamente, dividia os latinos das Américas em dois grupos: os que agiam de forma considerada por Washington como correta em assuntos políticos, sociais e comerciais, não precisando, pois, sofrer a interferências dos Estados Unidos, e os subordinados a governantes que, de algum modo, afrontavam as normas classificadas como civilizadas e, por isto, necessitavam da presença preventiva estadunidense.

Em resumo, o governo Roosevelt propunha a substituição da possibilidade de intervenção europeia pela certeza da tutela norte americana.

Em dezembro de 1904, na mensagem ao Congresso, o presidente oficializou esta posição de superioridade em relação à



todas as demais nações usando o preceito de um provérbio africano: *Speak softly and carry a big stick; you will go far* (Fale macio com um grande porrete na mão. Você será vitorioso). Mesmo após esta demonstração de radicalismo, que ficou conhecida como Corolário Roosevelt, as divergências entre os dois entendimentos foram prolongadas até agosto de 1906, quando, na Conferência Pan Americana realizada no Rio de Janeiro, deliberou-se que o assunto exigia uma abordagem mais ampla. Assim, em 1907 na Conferência de Paz realizada em Haia, os Estados Unidos propuseram duas alterações ao texto de Drago: em primeiro lugar, substituindo a referência à dívida pública por débitos de qualquer espécie e, em segundo lugar, considerando que a intervenção militar seria admitida se o devedor não aceitasse arbitragem ou, caso aceitasse, não cumprisse a sentença proferida.

As representações ficaram divididas entre a posição norte americana e a tese argentina e,

ao final de longas discussões, as alterações propostas pelo Governo Roosevelt foram aceitas, com o texto final sendo batizado como Convenção Porter, sobrenome do militar estadunidense que chefiava a delegação de seu país.

### **A CRISE COM OS PAÍSES BAIXOS (1908)**

Os problemas de Castro com o mundo não terminaram aí. Ciente do fato que empresas estrangeiras haviam participado ativamente da Revolução Libertadora, o ditador exigiu uma indenização milionária da New York & Bermúdez, e expropriou a Orinoco Steamship. Antes, sem razões aparentes, encerrou o contrato da Compañía Francesa del Cable Interoceánico, expulsou o Encarregado de Negócios da França e os membros de uma colônia corsa assentada em Paríria. Isto foi suficiente para que, em 1908, os Estados Unidos e a França rompessem relações diplomáticas com a Venezuela. A



crise maior, no entanto, ainda estava por vir.

Naquele mesmo ano, o cônsul holandês em Caracas, De Reus, concedeu entrevista a um periódico em que fazia referências a Castro. Por um erro de tradução, foi entendido que ele usara a expressão “espírito maligno”. Foi o suficiente para que o governo desfizesse as ligações diplomáticas com os Países Baixos, incluindo a expulsão de todos os seus representantes e, imediatamente, aplicasse tarifas, anteriormente não previstas, aos navios holandeses, o que prejudicava bastante o comércio entre a ilha de Curaçao e os portos venezuelanos.

O primeiro-ministro neerlandês, Theo Heemskerk, enviou um *ultimatum* a Castro exigindo o cancelamento de todas as medidas recentes, sob pena de acionar sua Marinha de Guerra com a missão de bloquear os portos venezuelanos. O ditador desconsiderou o *ultimatum* e, em represália, mandou apresar todos os navios de bandeira holandesa

estacionados no país. Mais uma vez os norte-americanos entenderam que não se tratava de um ato que ferisse o previsto na Doutrina Monroe, já que os holandeses não ameaçavam ocupar qualquer parte da Venezuela.

Em novembro de 1908, os navios *Jacob van Heemskerck*, *Gelderland* e *Friesland*, começaram a patrulhar o litoral venezuelano e apreenderam a embarcação Alejo, ao largo de Puerto Cabello. Imediatamente a população reagiu contra comerciantes holandeses, saqueando suas lojas, aí incluída a pertencente a um certo Thielen, negociante muito próximo de Cipriano Castro. Ao que tudo indica, a revolta não foi incentivada pelo ditador, mas sim por seus inimigos políticos, entre eles o vice-presidente Juan Vicente Gomez.

No início de dezembro, muito enfermo, Cipriano Castro subiu a bordo do vapor *Guadalupe* que deixaria o porto em direção à Alemanha, onde seria submetido a delicada cirurgia renal. A Venezuela estava em ruínas, sem cré-



dito no exterior, com imensas dívidas que vinham aumentando desde a separação da Espanha, tudo dificultado pelas constantes revoluções internas. Castro, no entanto, levava 100.000 dólares no bolso.

Poucos dias depois, em 19 de dezembro, o vice-presidente Gomez, depois de assumir o poder com a previsão de logo devolvê-lo a Cipriano Castro, resolveu definitivamente se tornar presidente da Venezuela. Foi um golpe fácil, a popularidade de Castro estava em acelerada queda e o custo foi limitado à prisão de alguns membros do governo e seus familiares. Além disto, a pedido de Gomez, os encouraçados norte-americanos USS *Maine*, *Des Moines* e *North Carolina* ficaram próximos e prontos para dar sustentação ao novo mandatário. A Corte Federal, por sua vez, logo fez alterações nas leis e assim tornou legal o golpe de estado.

Com habilidade, o agora presidente assinou acordos com os holandeses e, apenas quatro dias após à tomada do poder, a frota

invasora voltou para a Europa. Para o povo pouco mudou, talvez apenas o fato que o novo governante era nepotista e iletrado, mas também como antes, aliás como sempre, ávido por enriquecimento. Assim começou um novo tempo de ditadura andina, que durou 27 longos anos, espaço temporal no qual ocorreram mais de 20 movimentos insurreccionais e o encarceramento de 38.000 venezuelanos.

Cipriano Castro tentou várias vezes retomar o poder, a última a partir da ilha de Trinidad, mas navios norte americanos fizeram com que desistisse da ideia. Faleceu em dezembro de 1924, na cidade de San Juan de Puerto Rico. Seus restos mortais encontram-se no Panteón Nacional da Venezuela desde 2003, por iniciativa do presidente Hugo Chavez, na comemoração do centenário do bloqueio dos portos.

Nada mais que um ditador homenageando outro ditador.



## A POSIÇÃO DO BRASIL

Os acontecimentos que abalaram a Venezuela e, por indução, toda a América Latina, ocorreram quando a jovem república brasileira ainda procurava seu lugar no mundo. Para entender o relacionamento entre brasileiros e venezuelanos naqueles tempos conturbados é preciso analisar com cuidado a situação do continente.

A América pode ser estudada através de três núcleos. O primeiro, o núcleo anglo-saxão, formado pelos Estados Unidos e pelo Canadá, este com considerável influência francesa. O segundo, o núcleo hispânico, que abrange a América Central, o Caribe e a maioria das nações da América do Sul. O terceiro núcleo é o Brasil, apenas este, de geografia, de história, de língua e de cultura muito diferentes dos demais povos.

O século XIX foi marcante na observação destas diferenças. Enquanto caudilhos, motins, quarteladas e revoluções pontu-

avam os vizinhos países hispânicos, o Brasil, mesmo sujeito a tremores políticos, militares e nacionalistas, vivia, comparativamente, uma razoável estabilidade interna durante o período imperial e que, depois, se repetiria no início da República.

Longe das ideias de latinidade e da origem ibérica comum, o brasileiro médio, principalmente o habitante do litoral, não se identificava com os povos que o cercavam. No que se refere à Venezuela, o entendimento é que se tratava apenas de uma terra distante, de complexa geografia, com língua e costumes diferentes, onde pontificavam governos marcados pela permanente inconstância provocada por revoluções e guerras internas. Além disso, representava limitado interesse comercial, já que era, também, um grande produtor de café. Nada além destes restritos conhecimentos.

Por outro lado, ao assinar o Tratado de Paz e Aliança, em agosto de 1825, Portugal reconheceu oficialmente a indepen-



dência do Brasil, mas exigiu uma indenização de dois milhões de libras esterlinas. Em verdade, esta era a dívida que Portugal tinha com a Inglaterra, logo se tratava de uma transferência de responsabilidade pelo pagamento. Sem recursos suficientes para honrar o acordo, o governo de D. Pedro I precisou fazer um empréstimo com bancos ingleses. Daí até a Proclamação da República foram contraídos mais dezesseis empréstimos com os britânicos, parte deles para financiar a guerra do Paraguai. Quando da invasão da Venezuela, os brasileiros eram, então, grandes devedores da Inglaterra, não sendo, pois, prudente criar uma situação de confronto, mesmo que limitada a cuidadosas conversações no campo diplomático.

A posição equilibrada e pragmática do Brasil ficou clara quando José da Silva Paranhos Jr, o Barão do Rio Branco, assumiu o Ministério das Relações Exteriores, ocasião na qual a Venezuela estava em pleno conflito com os credores europeus e não obtive-

ra do governo Roosevelt o amparo que pretendia. O novo chanceler não aceitou o convite de Buenos Aires para participar da formação de uma liga de países sul-americanos com o objetivo de defender os venezuelanos da demonstração de força de, principalmente, britânicos e alemães. Respondeu, então, que não era necessária a união em torno da Doutrina Drago, porque não estava em causa a Doutrina Monroe, já que não existiam evidências de ocupação de territórios no continente americano. O Brasil, desta maneira, deixou transparente sua formal distância perante os acontecimentos que envolviam os bloqueios na Venezuela.

Em 18 de novembro de 2013, o secretário de Estado dos Estados Unidos da América, John Kerry, fez um discurso na OEA - Organização dos Estados Americanos, em Washington, no qual afirmou que “o erro da Doutrina Monroe estava superado, definitivamente”.



A plateia respondeu com aplausos tímidos e incrédulos.

## BIBLIOGRAFIA

ARCE, Anatólio M. *História concisa da Venezuela*. São Paulo: Dialética, 2024.

BRINKLEY, Douglas. *History of United States*. New York: Penguin Group, 1998.

FLORIA, Carlos Alberto; BELSUNCE Cesar. *Historia de los Argentinos*. Buenos Aires: Ediciones Larousse, 1992.

LAIDLER, Christiane V. *Capítulos da Doutrina Monroe*. Belo Horizonte: Paco e Littera, 2025.

LEPORE, Jill. *Estas Verdades: história da formação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 1996.

MELO, Jorge. *Historia de Colombia*. Madrid: Turner Publicaciones, 2018.

OSMA, José Antonio Vaca. *Historia de España para Jóvenes del Siglo XXI*. Madrid: Ediciones Rialp, 2004.

PALACIOS, Ariel. *América Latina, lado B*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2024.

PINTO, A. de Sousa. *A Doutrina Drago (1907)*. Whitefish: Kessinger Pub, 2009.

RAMOS, Jorge Abelardo. *História da Nação Latino Americana*. Florianópolis: Editora Insular, 2022.

URDANETA, Ramon. *Historia oculta de Venezuela*. Caracas: Fundur Editores, 2007.

VARGAS, Francisco Alejandro. *Historia Naval de Venezuela*. Caracas, Venezuela. Comandancia General de la Armada, 1994.

VILLALOBOS, Sergio; SILVA, Osvaldo; SILVA, Fernando; ESTELLE, Patricio. *Historia de Chile*. Santiago, Editorial Universitaria, 1997.